
HUMBERTO CARRASCO: Bem-vindos a essa chamada, bem-vindos intérpretes. Agora temos essa reunião, eu estou em Santiago, por viagem de trabalho, e vamos começar agora com a teleconferência. Eu passo o microfone à Maritza.

MARITZA AGUERO: Claudia, você quer começar a chamada?

CLAUDIA RUIZ: Oi, bom dia, boa tarde, boa noite, sejam bem-vindos à teleconferência da LACRALO, em 20 de agosto de 2018, são 23h00min UTC, no canal de espanhol está Wladimir Davalos, Javier Rua-Jovet, Sergio Salinas Porto, Maritza Aguero, Adrian Carballo, Humberto Carrasco, Ricardo Holmquist, Antônio Medina Gomez, Alberto Soto, e Leon Sanchez.

Não temos participantes nos canais de inglês, português e francês, e recebemos desculpas da Vanda Scartezini, Maureen Hilyard e Heid Ullrich.

Dos funcionários, e também Lito Ibarra, que acabou, não se desculpa, acabou de entrar na ligação. E estamos aqui trabalhando, a Silvia Vivanco, Claudia Ruiz e os interpretes são Veronica e Paula para Espanhol, Betina e Esperanza para o português, Claire para o francês. E antes de começar a teleconferência, eu quero lembrar a todos vocês que digam seus nomes, antes de falar, para que os interpretes possam identificá-los e também para a transcrição. Então passo o microfone para Maritza Aguero.

Observação:

O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

MARITZA AGUERO: Muito obrigada Claudia, vamos começar com a agenda de hoje, primeiro umas palavras de boas vindas, pelo Humberto Carrasco, nosso presidente, e vamos começar com a revisão das consultas públicas do ALAC, uma apresentação do Alberto Soto, membro do ALAC, que vai apresentar um resumo com os diferentes tópicos abertos para comentários.

Depois teremos uma apresentação do Leon Sanches, sobre a especificação temporária para os dados de registros de gTLDs, Leon Sanches é membro da diretoria, e essa apresentação terá 20 minutos, ele falará sobre as diferentes mudanças no GDPR, e também na especificação temporária, depois Javier Rua vai falar sobre a via de trabalho cinco, PDPs de novos gTLD e procedimentos subsequentes. Ele também é membro do ALAC, faz parte da NARALO, e ele vai participar da teleconferência de hoje. E por último, diferentes assuntos de interesse. Então muito obrigado e é a sua vez Humberto Carrasco.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado Maritza. Então a agenda fica lotada, então passo aqui o microfone para Alberto Soto, ele vai falar sobre consultas públicas.

ALBERTO SOTO: No primeiro slide da minha apresentação que temos aqui na tela, vou compartilhar com vocês uma inclusão breve e uma declaração adotada pelo ALAC, os tópicos que estão abertos para comentários públicos, e aqueles sugeridos, com os quais eu sugiro que a LACRALO deveria começar a trabalhar mais adiante.

Então, vou continuar com essa apresentação aqui, a primeira recomendação é que vocês visitem esse site, aqui temos o link, porque

assim poderemos participar melhor. E devemos participar mais frequentemente para obter as perspectivas e todos os membros da LACRALO, não só as nossas perspectivas, temos questões de políticas, e os usuários deveriam trabalhar com isso e também os próximos procedimentos da ICANN, os progressos, o que já foi publicado, e também as recomendações, como foram desenvolvidas, os cronogramas e prazos, e também o que vem depois e se houver algum assunto que fica pendente para comentários público, poderemos conversar depois de determinadas datas, e os status, para ver se estamos na etapa de reação ou de recepção de comentários, e por último os documentos At-large, e o sistema de referência para esses documentos. Podemos ver aqui que o slide está em espanhol e inglês, para que isso fique bem mais claro para vocês.

Todos os links foram incluídos aqui em ambas as línguas, e entre as declarações aprovadas pela ALAC desde a última reunião, temos o projeto de fellowship, a proposta do draft, e não obtivemos, infelizmente a opinião da LACRALO, mas se quiserem poderão ver o que tem acontecido nesse âmbito. Não temos uma opinião da LACRALO, porém acho que esse relatório é bem preciso.

Depois para 31 de julho teremos que ter uma finalização da revisão, e para fazer, e estabelecemos a diferença entre as opções de curto prazo e longo prazo.

Eu acho que todas as contribuições realmente foram muito uteis, e que essas recomendações são muito claras, e muito uteis também. Também temos o relatório inicial de proteção para alguns nomes da Cruz

Vermelha, que são nomes de domínio, que pertencem à Cruz Vermelha e a todas as organizações humanitárias que pertencem à Cruz Vermelha.

E aqui temos uma questão de proteção que é muito importante e muito apropriada. Esses são os comentários que têm sido publicados, a ICANN que pede primeiramente o feedback da comunidade, sem data de encerramento, ainda está pendente de discussão, para ver que tipos de modelo poderíamos ter sobre o acesso, e também temos processo de alto nível, para determinar que, participou de participar dos dados do WHOIS. E aqui não incluiu o link com essa informação.

E também temos o modelo de credenciamento, temos uma minuta com diferentes dados, não é oficial, não é um comentário público oficial e formal, mas é uma iniciativa liderada pelo IPC e está vinculado com o GDPR, e a solicitação do ALAC aos funcionários, foi de criar uma página para os diferentes modelos de credenciamento, e também vemos no site, as declarações anteriores do ALAC sobre o GDPR, com um link e para ter acesso às informações.

Depois temos as recomendações para a gestão de domínios de topo e de IDNs. Eu falei também com membros de comunidades indígenas, estamos tentando ver a possibilidade de ter um IDN para algumas das nossas comunidades, se vocês tiverem interessados, visitem esse site, esse link, e vejam como isso está sendo gerido.

Aqui os principais assuntos sobre diferentes áreas, isso pelo fato de que o DNS e outros sistemas da internet funcionam com a interpretação da geração de rótulos. E isso pode ser feito também com, há vários rótulos

similares. Essa é uma questão estritamente técnica, e quando observamos que há processos de comentários públicos abertos, vemos que há um membro de uma LS que talvez possa interessar em fazer um comentário, então nesse caso eu recomendo que participem e que contribuam. E depois temos o relatório inicial de novos gTLDs e PDP de procedimentos subsequentes.

Temos a via de trabalho, antes quatro, agora cinco, de nomes geográficos, esses processos de comentários públicos busca o feedback sobre iniciativas do grupo de trabalho de PDP para nomes geográficos. E nos documentos estão materiais dos quatro grupos de trabalho, e os quatro subgrupos, no grupo de trabalho, a via de trabalho cinco está focada por exemplo em nomes geográficos e topo, e também há um relatório separado que vai ser emitido para esse tópico. Temos o Javier Rua-Jovet, que trabalha nesse grupo, e quem depois vai entrar em detalhes sobre esse trabalho que está sendo feito aqui.

Depois temos um plano estratégico da ICANN para 2017/2020 nós representamos a América Latina e o Caribe, eu sei apesar de esse plano estratégico para a África, o plano 2016/2020, mas é importante ver como a África trabalha, ver por exemplo, como a África e outras regiões estão trabalhando e o que as equipes dessas regiões estão fazendo. Também temos um estudo sobre o uso técnico de regras de geração de rótulos de escritas e identificamos trabalhos, igual aqui temos um link compartilhado com a comunidade, e o feedback da comunidade para determinar que todas essas questões identificadas são relevantes ou se deveriam também ser adicionadas outras questões para serem tratadas. Depois, temos uma justificação da lista de serviços de marcas protegidas

de domínios, e a sua modificação em 24 de setembro, foi feita essa proposta modificação, Donuts, eu não sei se eu pulei um slide, mas há o estudo de uso técnico da geração de rótulos na zona raiz, desculpe eu já li isso antes, e vou continuar então.

A ICANN está também pedindo comentários e contribuições sobre o acesso unificado, não houve comentários, e não há uma data aqui, temos o link e depois temos os processos PDPs, e os comentários requeridos, depois o Javier vai entrar em detalhes sobre isso, e temos o link, e aqui vocês podem acessar, a ICANN está pedindo feedback e o segundo item aqui se refere à todas as diretrizes e procedimentos na ALAC para os períodos de comentários públicos. É só isso, muito obrigado.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado Alberto, como sempre você foi muito claro, sua apresentação muito descritiva, e eu deixo aberto o espaço para perguntas dos participantes dessa teleconferência, alguém está pedindo para falar? Quem mais? Quem quer falar ou comentar?

Vemos aqui alguns comentários no chat, há um participante que diz que foi muito clara a apresentação do Alberto, não vejo nenhuma mão levantada, então muito obrigado Alberto Soto por essa explicação tão clara. E agora, vamos passar para o Leon Sanchez, Leon pode falar.

LEON SANCHEZ: Obrigado Humberto, muito obrigado pelo convite para participar, gostaria de falar sobre a especificação temporária, para o registro gTLDs e seus dados. O registro dos dados, esse está vinculado aos tópicos que muitos de vocês já têm pesquisado, e isso tem a ver com o regulamento

da GDPR, a entrada em vigor esse é um configuramento da União Europeia, essa especificação foi acostada pelo board da ICANN em 2007, e o que aconteceu?

O GDPR impôs novas obrigações para as agências que coletam, armazenam e processam dados pessoais. E os dados pessoais que pertencem à cidadãos da União Europeia, então é importante enfatizar os fatos que não precisam ser necessariamente cidadãos da União Europeia, eles não precisam estar na União Europeia, no território da União Europeia para serem protegidos por essa regulamentação. Então com base nisso e por causa dessa situação, há diferentes consequências para os registrantes e registradores de nomes de domínios, em termos do gerenciamento e coleta de dados.

E isso também afeta os dados e o uso dos dados e da base de dados que conhecemos como WHOIS. Então fizemos uma consulta, e com base nessa consulta obtemos informações pessoais, dados pessoais, esses dados então que são fornecidos são nome de telefone, e-mail e algumas outras informações pessoais na base de dados.

E com a entrada em vigor do GDPR houveram algumas modificações, alterações que devem ser levadas em conta em termos da consulta à base de dados do WHOIS. Como os registros e os registradores têm uma obrigação contratual com a ICANN, eles devem coletar esses dados, há um conflito claro entre o GDPR, e a obrigação contratual com a ICANN, e por isso a ICANN Org e a diretoria da ICANN tomaram algumas medidas para ajudar os registradores, e registros a cumprir com o GDPR e as obrigações contratuais com a ICANN, então portanto, a especificação

temporária tem por objetivo encontrar um ponto intermediário entre os registros e registradores para que evitem problemas e que permitam que cumpram com as obrigações contratuais com a ICANN e com o GDPR. Eles podem coletar dados pessoais do WHOIS, para que eles continuem a poder receber.

Então o texto que nós vemos aqui na tela é a redação dessa especificação temporária, eu não vou ler obviamente esse texto, mas eu uso esse texto como referência, e como eu mencionei essa especificação temporária foi então aprovada dia 17 de maio de 2018, pela diretoria, então durante um ano, são fases por um ano, amanhã teremos uma reunião da diretoria, a o único item da agenda é ratificar essa especificação temporária.

Como eu mencionei antes, ela vai entrar em vigor, vai estar em vigor por um ano, e a diretoria vai então ratificar essa resolução a cada três meses, então a cada três meses há essa especificação que precisa ser retificada, se ela for retificada ela não será mais válida, e isso pode causar fragmentação na coleta, armazenamento, processamento de dados dos nomes de domínio. Então depois de terminada esse ano da especificação temporária, se não houver uma outra especificação, os registradores e registros não serão submetidos à essa especificação.

Então como ela entrou em vigor em 25 de maio, nós temos um ano a partir daí para saber como será feita a coleta e a gestão de dados. Outra consequência dessa situação é que há um grupo de trabalho específico que foi criado, o EPDP, é um grupo de trabalho de um processo, ou um PDP expedido, cujo objetivo é liquidar essa política por assim dizer,

então através dessa política, os registros e registradores vão poder continuar a cumprir com as suas obrigações, com a ICANN e também com a legislação, liderado pelo GNSO, que coordena esse processo de PDP, a GNSO está encarregada de fazer a denúncia dessa política, esse processo terá um resultado que é uma política que vai afetar não só a comunidade de nomes de domínios, mas também os usuários da internet e todos os outros membros da ICANN, então esse grupo de trabalho é composto de muitos representantes da GNSO e também há representantes de outras partes constituintes da ICANN, vão trabalhar através de teleconferências semanais, e provavelmente haverá reuniões presenciais que será em setembro em Los Angeles.

Então o objetivo é que num curto espaço de tempo, elaborem uma política permanente que seja aplicada ou implementada, no contrato entre a ICANN e os registrantes. É importante mencionar que temos um anexo A, então se vocês verem o documento no seu computador, irem até esse apêndice A, e aí você verá quais são as especificações, quais são as obrigações dos registros e registradores, para que estabeleçam um acesso escalonado aos dados, e também esse apêndice A demanda, ou exige a permissão para ceder as informações quando o registrador estiver na União Europeia, ou quando estiver fora da União Europeia, mas oferecer os serviços à proprietários de nomes de domínio na União Europeia, ou o operador de registro está fora da União Europeia, mas processa os dados, de operadores de registro que contratam os serviços de backand para os proprietários dos dados que estão na União Europeia.

Nesse caso, vemos aqui os diferentes itens, então qualquer consulta de nomes de domínio feito pelo operador do registro, ou pelo registro devem suprimir ou como foi traduzido aqui, devem suprimir dados que não podem ser abertos. E que podem ser uteis para várias partes da comunidade. Então algumas informações como o nome do registrante, a sua identificação, o seu endereço, cidade, código postal, número de telefone, o ramal, número de fax.

Então, nós vemos que alguns dados devem ser suprimidos, que tem a ver com a parte técnica, e para o endereço de e-mail no 2.5 vemos que o endereço de e-mail deve ser suprimido ou reduzido. Se deve pedir então que haja um contrato direto com o registrante. Então deve haver então um portal na internet, então se alguém quiser contatar o registrante de um nome de domínio, então isso deve ter um formato na internet, que sirva como ponto de contato. Então se nós formos para o apêndice D, há outras situações, o que acontece quando há um sistema uniforme de suspensão rápida.

Como reter, isso já está coberto pelas especificações temporárias, então o operador e o registro deve fornecer todas as informações que tem na sua base de dados, em relação ao nome de domínio relevante. Então devem manter essas regras do EDRP. Então devem fornecer essas informações para os que estejam envolvidos em qualquer tipo de procedimento relacionado a resolução de disputas. Eu bi no chat que o Ricardo perguntou sobre os procedimentos que estão ocorrendo na Alemanha. Nós temos informações no blog que já foi postado ao registrador que demonstrou a intenção de eliminar todas as informações dos seus nomes de domínio.

E é claro isso infringe o contrato com a ICANN. Então a ICANN iniciou um processo para evitar a eliminação dessa informação. Então esse é um processo que está em andamento, está pendente, não há nenhuma resolução desse processo iniciado pela ICANN, mas vamos mantê-los informados quanto ao andamento dessa ação. Desculpe, mas eu não tenho mais informações Ricardo, mas todas as informações disponíveis já foram publicadas no blog da ICANN. Bom com isso, eu gostaria de abrir então para perguntas, se vocês tiverem alguma pergunta ou uma dúvida, e eu vou tentar responde-las todas.

HUMBERTO CARRASCO:

Muito obrigado Leon pela sua apresentação, foi muito interessante, uma análise muito detalhada da situação, então eu gostaria de abrir o microfone para perguntas, se você tiver alguma pergunta, alguma dúvida, sintam-se à vontade. Eu tenho uma pergunta, o Ricardo já postou essa pergunta, e Leon Sanchez você pode responder como membro da diretoria?

LEON SANCHEZ:

Bom, ninguém levantou a mão para falar, não há nenhuma dúvida? Bom, se for esse o caso então, eu gostaria de agradecer novamente você Leon, pela sua apresentação, ela foi muito clara, nós temos pouco tempo para discutir esse tema. Provavelmente nós vamos continuar discutindo isso e o GDPR, muito obrigado novamente por sua apresentação, e vamos continuar então com a nossa agenda, Leon Sanchez agradece, e eu fico muito contente que ficou muito claro, eu estou a sua disposição, vocês têm meu e-mail, eu estou sempre aberto a perguntas e a conversar com vocês. Muito obrigado pelo convite.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado Leon, você e Lito estão sempre dispostos a trabalhar conosco, nós estamos muito satisfeitos que vocês estão aqui, e trabalhar com vocês. Bom, com isso eu gostaria de passar então a palavra para, eu não sei por que Porto Rico está em NARALO, mas aqui temos o Javier Rua-Jovet que vai falar sobre o assunto que está na agenda.

JAVIER RUA-JOVET: Muito obrigado, bom dia, boa tarde, boa noite, obrigado pelo convite, para participar dessa teleconferência, Maritza e a LACRALO me convidaram para que eu falasse sobre a via de trabalho cinco, especificamente sobre o PDP, os procedimentos subsequentes de novos gTLDs e os PDPs, eu represento a ALAC nesses grupos, também Martin Sutton, da GNSO e Annebeth Lang da ccNSO que é um grupo de trabalho formado por membros de diferentes partes da comunidade.

Temos participantes excelentes, que conhecem bem este processo, e eu quero compartilhar agora uma visão geral da via de trabalho cinco. Se tiverem perguntas, por favor, pode me interromper. Aqui temos nomes geográficos de topo, temos ASC II, e o formato IDN, são os dois formatos, e os nomes geográficos, tem uma certa definição. Se observarmos o documento 2007, 2012, e também o manual do solicitante, veremos as diferentes definições.

Não tenho slides, mas aqui na janela do chat, eu vou colar uma parte do teste com as diferentes categorias consideradas, de diferentes definições de nomes geográficos. Primeiramente temos os nomes de países e de territórios. Que tem na lista ISSO 166, formato longo, formato breve com suas traduções corretamente, e diferentes mudanças ao longo do tempo, são códigos de duas letras, que

geralmente são os ccTLDs, e também temos outros códigos de letras, vamos para exemplos de USA, ARG, são códigos de três letras que estão aqui nessa janela do chat, como organização olímpica com o seu código, feito também de três letras, e aqui esses códigos são gTLDs e não são considerados nomes geográficos, na discussão, na via de trabalho cinco, esses códigos podem manter esse status, dados geográficos, se podem ser considerados de maneira diferente.

Então... e a tendência é favorecer o status quo, a situação atual. E agora esses nomes não estão disponíveis como gTLDs, então a tendência é manter essa situação da maneira que ela está. Os nomes geográficos também incluem os nomes de cidades, de capitais, e de acordo com a política em 2017 e com o Manual do Solicitando 2017 para fazer uma solicitação de, para o nome de uma capital, é necessário contar com uma carta de não objeção da autoridade governamental desse país sobre essa situação. Houve uma discussão muito profunda sobre essa questão porque haviam pessoas que queriam manter isso da maneira que isso está, outros queriam ter uma abordagem mais aberta, mais ampla.

Então por uma parte temos os governos que desejam proteger a sua identidade nacional de lugares importantes, e evitar confusão com outros nomes de lugares nacionais ou provinciais, e também temos os solicitantes que estão interessados em obter aprovação para o registro desses nomes. Por isso que uma carta de não objeção é um requisito para que o uso desses nomes seja aprovado. E a ccNSo também participa desse processo, e temos operadores de ccTLDs que também

querem manter a situação da maneira que ela está atualmente no mercado.

E também há outras partes que querem que esses códigos de três letras com ARG, que querem que de alguma maneira sejam incluídos novamente na lista, para cidades, capital. Tudo isso tem criado um grau de atrito e tensão, temos trabalhado na via de trabalho cinco, sobre essa questão, com contribuições diferentes, pelas quais esses nomes que se concordam, coincidem com os interesses dos governos, mas que talvez se referem à nomes também de grupos indígenas, nomes que tem uma, um peso cultural histórico importante, deveriam ser considerados, também temos os gTLDs das comunidades, que entram nessa discussão, mas isso se referem à casos específicos de pessoas ou grupos que talvez sejam mais específicos.

Estão dizendo que o áudio não está muito bom, quero que vocês possam me ouvir corretamente, e seguir o que eu estou dizendo. Também temos os nomes da Unesco e regiões da Unesco, são as regiões macrogeográficas da Unesco, como grandes áreas, como Europa, Ásia, e que também tem o requisito de ter 70% de aprovação dos governos da região para que se possa continuar com a solicitação e a candidatura, e numa carta também exigida para aprovação e também temos nomes geográficos que não estão incluídos no manual do solicitante de 2012. São termos não geográficos, e aqui... e me refiro a nomes geográficos como vales ou montanhas que podem ter importância para algumas pessoas, e aqui poderíamos incluir as discussões como .patagônia e .amazon, então como podemos fazer com que haja políticas implementadas, que estabeleçam previsibilidade para esse tipo de

situações, e evitem essa confusão, para evitar o que aconteceu no passado.

Então as vias de trabalho cinco cobrem muitos assuntos diferentes, e eu convido vocês a participar. Temos um cronograma de trabalho que vai avançando lentamente, talvez mais lentamente do que outros grupos, eu sei que há outros, gostaria de ver um progresso mais rápido, mas eu disse que queríamos ter um relatório inicial antes da reunião em Barcelona, eu diria que para 30 de setembro seria uma boa data, e houve muita discussão entre os membros do grupo que pensavam que essa data era muito justa, e que deveríamos rever essa data, que não haveria tempo suficiente, e também a Olga acabava ali, o Alberto só que participam desse grupo, mas eu gostaria que vocês também participassem, porque essa região tem sido uma parte muito ativa nessa discussão.

Para o caso por exemplo, de .amazon, portanto devemos fazer com que esses tipos de problemas não aconteçam de novo, devemos ser preventivos. E é muito importante ter, pensar, que deveríamos ter muitos outros casos e tópicos incluídos nas nossas discussões, eu sei que as vezes é muito frustrante, é difícil alcançar consenso, especialmente por são tópicos muito difíceis, com posições muito firmes em algumas partes, e em geral são posições de não introduzir mudanças de manter o status quo, mas eu acho que devemos inovar para poder melhorar as coisas.

E algumas propostas agora que estão sendo apresentadas nesse sentido, e, portanto, eu os estimulo a conhecer bem como é todo esse trabalho que está sendo feito. O objetivo aqui é evitar futuros

problemas. Há uma lista que pode ser consultada com uma série de propostas, e listas de assuntos ou candidaturas, e não seriam listas reservadas, mas listas abertas, mas também garantir que haja algum nível de proteção.

Então há muito ainda a ser discutido sobre o trabalho que estamos fazendo na via de trabalho cinco, então enviem um e-mail ao nosso endereço, depois eu vou passar esse endereço, para participar, para assinar e se houver um pouco de tempo, eu vou responder as perguntas dos participantes, e se não puder respondê-las a Olga Cavalli com certeza vai poder fazê-lo.

HUMBERTO CARRASCO:

Muito obrigado Javier. Temos uma discussão muito interessante também na agenda do chat, há várias perguntas que já foram feitas e também respondidas para Olga, há uma pergunta do Alberto Soto, poderiam identificar os termos preventivos e corretivos? Javier Rua por favor.

JAVIER RUA-JOVET:

Observem as palavras, são muito evidentes, nós o que aqui pensamos é fazer algo bem no início do processo, ter consultas entre as partes, entre os solicitantes, e um painel para consultas, e tudo isso para evitar problemas futuros, também com a participação dos governos e também ter medidas e processos corretivos para rever os contratos, revisar as regras que poderíamos ter estabelecidas, ou criar novos regulamentos, ou cláusulas talvez, ter esse tipo de abordagem preventiva e corretiva.

Não acho que não haja nenhum consenso específico ainda sobre essa questão, mas há muitos membros da via de trabalho, e que consideram

que 30 de setembro é um prazo muito justo, mas esse é o estado das discussões atualmente.

HUMBERTO CARRASCO: Sérgio que pode falar.

SÉRIO SALINAS PORTO: Sei que a Olga não pode falar aqui, não tem um microfone ligado, mas ela que pode responder no chat.

HUMBERTO CARRASCO: Sérgio, não podemos ouvi-lo, perdemos a sua voz. Não podemos ouvi-lo Sérgio.

JAVIER RUA-JOVET: Eu vou falar sobre uma questão de preocupação que tem a ver com os domínios, nomes de domínio de duas letras, sabemos que há os ccTLDs, mas também temos os nomes de domínio de dois caracteres como USA, que são nomes de domínio que serão delegados, e os ccTLDs vão manter o seu status atual, mas quando nós falamos em códigos de três caracteres, talvez haja um subgrupo no grupo de trabalho que vai solicitar a delegação desses nomes de domínios de três letras, e haverá outro setor que talvez não queira nenhuma delegação. Está aqui o Sérgio de novo...

SÉRGIO SALINAS PORTO: Não sei se vocês ouviram minha pergunta?

JAVIER RUA-JOVET: Não, não conseguimos ouvir a sua pergunta. Pode repeti-la?

SÉRGIO SALINAS PORTO: Para mim essa questão de ter esse código, isso é muito perigoso porque pode se tornar gTLDs, eu acho que deve ser uma expansão dos nomes

de países. Então eu gostaria de saber qual é a situação desse tema, e isso está sendo discutido?

JABIER RUA-JOVET:

Eu acho que a Olga está respondendo, eu acho que não há um grande movimento para liberação de nomes de domínios de três caracteres, de acordo com a lista da ISO, eu acho que vão manter o seu contrato atual, eu não sei de subnomes de domínio. Eu acho que pelo menos no próximo leilão de ccTLD.

Há uma grande preocupação de outros setores nessa linha de trabalho, eu acho que esses temores não vão acontecer. Há alguns que estão solicitando a delegação, mas a situação atual é que mesmo os países não podem solicitar esses nomes de domínio, então como co-presidente desse grupo de trabalho, nós não estamos expressando a nossa opinião pessoal, mas eu acho que seria razoável que os países pudessem solicitar esses nomes de domínios de três caracteres. Mas que eu saiba e levando em conta o que está sendo discutido, eu acho que ele vai ser mantido esse sub status pelo menos ao próximo leilão. Então essa é a situação Sérgio.

SERGIO SALINAS PORTO:

Obrigado.

JAVIER RUA-JOVET:

Há alguma outra pergunta? Então podem me escrever.

HUMBERTO CARRASCO:

Eu acho que essa discussão é muito interessante, então o microfone está aberto para comentários ou perguntas. Bom, eu acho que não há outras perguntas, e nós sabemos que há uma consulta desse grupo de trabalho cinco.

JAVIER RUA-JOVET: Eu acho que não há um conflito na verdade, nós temos posições diferentes, é bastante razoável, opiniões diferentes, dentro dos setores que estão nesse grupo de trabalho, eu não acho que seja algo negativo, porque as posições são razoáveis, e enquanto elas continuarem assim, não há problemas. Eu acho que as grandes diferenças como Olga disse, essa questão não está concluída, nós estamos começando a discutir.

HUMBERTO CARRASCO: Desculpe Javier, o Alberto tem uma pergunta.

ALBERTO SOTTO: Não é uma pergunta na verdade, eu gostaria de ajudar o Javier, ele é um co-presidente, e não deveria expressar suas opiniões pessoais. Eu acho, o que ele quer dizer é que nós devemos levar em conta que esse grupo de trabalho é composto por várias partes interessadas, nós somos esse modelo, há vários setores, então se alguém quer o nome de domínio ela vai solicitar a liberação desse nome, eu sou membro desse grupo de trabalho, e como disse o Javier, as posições são muito diferentes, mas elas são bastante razoáveis, então cada parte tem um raciocínio e eu concordo que será difícil obter consenso, e cumprir com o prazo, ou chegar a um consenso no prazo determinado. Mas devemos levar em conta, que podemos atingir consenso em outras partes da ICANN, mas essa questão é muito mais completa.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado, a Olga Cavalli fez um comentário: “Alberto cuidado, embora seja um grupo multisetorial, esse...” ...

JAVIER RUA-JOVET: Isso é muito interessante, é um PDP da GNSO. Precisamos saber o processo da GNSO porque esses processos do GAC e da ALAC, então nós

temos muitas práticas, há comunidades que trabalham juntas, e isso pode parecer um grupo multisetorial, mas na verdade é um grupo da GNSO. Alberto, você quer falar?

ALBERTO SOTO: Não, eu não levantei a mão, desculpe.

JAVIER RUA-JOVET: Como a Olga falou é um processo da GNSO, a GNSO foi fazendo recomendações para a diretoria que vai tomar uma decisão.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado, essa discussão é uma discussão em andamento, a Olga diz que nós somos muito otimistas;

JAVIER RUA-JOVET: Eu sei que a Olga tem trabalhado com isso já há muito tempo, e eu coimo sou novo nesse tema, eu estou sendo otimista. Você tem diferentes pontos de vista, a Olga já tem 20 anos de história, eu vi que o Lito está escrevendo que o GAC também envia recomendações para o Board, o GAC é muito importante nesse processo, porque o ponto de vista dos governos, dos países, é muito importante. Agora podemos falar de outros temas que não estão no documento.

Ou cidades que não são capitais, nomes de rios, montanhas etc., por exemplo, no caso do .amazon, como resolver esse tipo de coisa no futuro? E levar em conta a opinião dos governos. Nós queríamos fazer isso, mas é algo difícil de fazer.

HUMBERTO CARRASCO: Obrigado Javier, vários estão digitando aí no chat, muito obrigado pelo seu tempo Javier, para participar da nossa teleconferência, eu sei que você não é membro da LACRALO, você é da NARALO, mas você é sempre

bem-vindo aqui conosco. Bem, agora vamos passar para assuntos gerais, nós tínhamos outro assunto, mas a Sylvia Herlein não está na teleconferência, Sérgio você quer fazer algum comentário?

Bom, eu começo dizendo que estamos a caminho do consenso quanto aos usuários individuais, e esses se não houver consenso, ele será discutido, a mesma coisa com o conselho de méritos, eu sei que a Sylvia Herlein ia falar disso, eu não sei se tem algum comentário sobre isso.

SERGIO SALINAS PORTO:

Muito obrigado Humberto, bom, eu acho que você já cobriu tudo, nós temos dois documentos para consenso um são as métricas sobre a reforma, então houve uma curta discussão da comunidade sobre os princípios operacionais e esse documento deve ser concluído, nós temos que revisar o texto, para que esteja de acordo com as necessidades da região. Eu sei que haverão algumas diferenças de tradução em inglês e espanhol, mas tem a ver com o nosso entendimento do texto. Estamos criando também um glossário que vai ser anexado ao documento para entender melhor das regras que estamos discutindo.

E esse é o resultado de um trabalho muito duro de dois grupos de trabalho, então eu acho que esse seria uma futura etapa da LACRALO. Então se interessar mais pelos tópicos a serem discutidos. O outro documento é sobre as regras operacionais nós procuramos ao máximo ser claros e transparentes, e isso tem que ser discutido, não por que essas regras são questionadas, mas elas precisam ser melhor readaptadas. E isso deve ser discutido com a contribuição de alguns dos nossos colegas advogados, nós queríamos que nos ajudassem, para que tivesse as regras do procedimento formal. Esses são os documentos que nós estamos discutindo, eu não lembro aqui quais são os prazos, mas eu

acho que esse documento vai ser trabalhado em breve para chegar a um consenso e aprovar o documento, então isso seria a contribuição da nossa região. Muito obrigado.

HUMBERTO CARRASCO: Muito obrigado Sérgio.

ALBERTO SOTTO: Eu tenho uma pergunta, como se define consenso? O que eu quero saber, isso será publicado? Esse documento será publicado novamente?

HUMBERTO CARRASCO: Isso já foi discutido várias vezes, já foi postado na lista de e-mails, no grupo de trabalho, quando a gente diz consenso, no caso das métricas por exemplo, é possível que tenhamos consenso de todos os usuários. Então nesse caso o documento seria aprovado por consenso. Na liderança nós achamos que quando há um questionamento da proposta, não há consenso. Então por isso esse documento precisa ser então votado.

É isso que nós estamos tentando fazer. Porque nós decidimos por consenso? Porque as vezes todos estamos de acordo sobre um certo tema, e evitamos a votação. E é assim que nós trabalhamos na liderança. Ficou claro Alberto, agora?

SÉRGIO SALINAS PORTO: Com licença, eu gostaria de fazer uma moção. Eu acho que isso que você está mencionando sobre consenso, que está sendo praticado, nessa liderança com você e a Maritza, eu acho que é muito positivo, e eu acho que isso deveria ser acrescentado aos princípios operacionais, mas pelo menos documentado para ver quando há consenso e votação. Então quando, eu acho que seria uma etapa de melhoria da qualidade e isso

deve ser expresso de alguma forma para que tenhamos um procedimento mais claro no futuro.

ALBERTO SOTTO:

Eu acho que podemos fazer isso, mas temos que levar em conta que o consenso exercido pela GNSO é muito diferente do nosso. Nós temos que ter muito cuidado. Precisamos fazer uma diferença entre consenso e votação. Senão atingirmos o consenso, podemos passar para a votação, mas muitos tópicos podem ser resolvidos por consenso.

HUMBERTO CARRASCO:

Barret está digitando, há uma regra nos procedimentos que podemos chegar a um acordo geral. Então nós sabemos que há consenso, que a maioria estão a favor. Mas se uma ou duas posições não estão alinhadas, não há consenso, então por isso que nós passamos para a votação. Esse é um tema que nós temos que discutir, em breve também. Há alguma pergunta ou comentário? Se não há comentários ou perguntas então eu vou encerrar essa teleconferência, eu agradeço a todos pela participação, agradeço aos apresentadores, aos membros da diretoria que estão sempre dispostos a participar, muito obrigado e tenham uma boa semana, nós veremos em breve, obrigado pela participação.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]